

A dívida do *externa* Brasil em “stand still”

por Getúlio Bittencourt
de São Paulo

Os banqueiros internacionais colocaram a dívida externa brasileira sob a etiqueta “stand still” (algo como congelado), o que significa que as negociações estão suspensas até 15 de março de 1985, quando assume o presidente Tancredo Neves. A informação foi confirmada ontem a este jornal por uma fonte do governo brasileiro e pelo gerente de uma agência do banco privado nacional em Nova York.

O ministro da Fazenda, Ernane Galvão, disse ontem, no Rio, a um interlocutor qualificado que os banqueiros internacionais “estão cozinhando em banho-maria” a renegociação brasileira, embora rejeitasse a expressão “stand still”.

Uma clara indicação nesse sentido registrou-se ontem em Nova York, onde o presidente do Banco Central do Brasil, Affonso Cel-

so Pastore, foi colocado de lado pelos banqueiros internacionais. Eles dedicaram todo o seu dia a conversas com o presidente do Comitê de Bancos, William Rhodes, sobre a renegociação da dívida da Argentina.

O pedido brasileiro de refinanciamento dos débitos de US\$ 48 bilhões, que vencem entre 1985 e 1989, ficou em segundo plano. Segundo a agência UPI, os banqueiros internacionais explicaram formalmente que o caso argentino se tornou prioritário, porque se procura viabilizar seu pedido de US\$ 4,2 bilhões em dinheiro novo.

De acordo com uma fonte do governo brasileiro que manteve contato ontem com banqueiros internacionais em Nova York, por telefone, a decisão de colocar a renegociação brasileira em “stand still” baseou-se em recentes declarações do economista Celso Furtado, integrante da Comissão Econômica da Aliança Democrática, e do próprio

candidato e virtual presidente eleito do Brasil, Tancredo Neves.

Celso Furtado deu uma entrevista à imprensa, há dois dias, sugerindo que o Brasil suspenda o pagamento de juros da dívida externa. E Tancredo Neves, por duas vezes em dez dias, fez reparos à sétima carta de intenção do governo João Figueiredo ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele entende que o povo brasileiro já suportou muitos sacrifícios nestes dois últimos anos de recessão aguda.

As críticas de Tancredo Neves, porém, têm mantido o mesmo patamar há meses. Em conversas com seus auxiliares, ele recorda as negociações com banqueiros internacionais que acompanhou como primeiro-ministro, em 1962, e pondera que esses interlocutores sempre compreendem quando um governo está disposto a negociar dentro de certos limites. O limite do candidato e de seus aliados políticos é a recessão.

As posições de Tancredo Neves foram expostas ao secretário de Estado norte-americano, George Shultz, quando este veio ao Brasil para a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), há três meses. Na época, o candidato deixava claro que preferia ver a renegociação da dívida externa ser avançada pelo atual governo Figueiredo.

O embaixador dos Estados Unidos em Brasília, Diego Asencio, disse a este jornal que debateu com seus auxiliares por muito tempo se seria melhor renegociar com o atual governo ou esperar a posse do próximo, mas concluiu, há poucas semanas, que o assunto era indiferente: “Afim”, argumentou, “o Brasil tem a tradição de cumprir compromissos”.

Não foi esse tipo de perspectiva que se alterou, mas sim a expectativa dos banqueiros internacionais em relação à administração de um político reconhecida, moderado como Tancredo Neves. Antes de ir aos Estados Unidos como presidente eleito, por sinal, ele visitará alguns importantes países devedores da América Latina, como Argentina e Venezuela. O que os banqueiros mais temem é a formação de um clube de devedores.